

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas: A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Via Certa" ou "Financeira"), atendendo às disposições sociais e estatutárias, submete à apreciação

de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Desempenho Financeiro:** As operações da Via Certa apresentaram um crescimento relevante do período. A carteira de operações de crédito totalizou R\$ 370.221 em 30 de junho de 2022 (R\$ 311.663 em 2021), com perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 63.216 (R\$ 50.559 em 2021). Dessa forma, apresentando a carteira líquida de R\$ 307.005 em 30 de junho de 2022 (R\$ 261.104 em 2021), evidenciando um incremento de R\$ 45.901 no saldo líquido, correspondendo a um crescimento de 17,58% no primeiro semestre de 2022. A carteira ativa, em 30 de junho de 2022, é composta por operações de crédito de 215 mil clientes (204 mil em 2021). A Via Certa apurou, no primeiro semestre de 2022, R\$ 106.158 (R\$ 103.282 em 2021) de receitas de intermediação financeira e R\$ 60.122 (R\$ 24.491 em 2021) de despesas de intermediação financeira, resultando no resultado bruto da intermediação financeira de R\$ 46.036 (R\$ 55.791 em 2021). Assim, apresentando uma redução de 17% no resultado da intermediação financeira, ocasionado, principalmente, pelo aumento do custo de capital gerado pela variação da Taxa Selic. As receitas de prestação de serviço apresentaram um crescimento de 99,68% em comparação com o período anterior, partindo de R\$ 6.303 no semestre findo em 30 de junho de 2021 e atingindo R\$ 12.587 em 2022. As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 59.867 no primeiro semestre de 2022 (R\$ 55.300 em 2021), apresentando um crescimento de 8% comparado ao período anterior. No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Via Certa apurou o lucro líquido de R\$ 2.779 (R\$ 5.212 em 2021). **Principais fatos administrativos e planos para os exercícios futuros:** A Financeira está introduzindo no mercado o seu aplicativo "Viacerta banking" com abertura de conta 100% digital e sem cobrança de tarifas de manutenção. No app Viacerta é possível acessar os nossos produtos e serviços financeiros com uma experiência digital simples, fácil e segura, onde o cliente mesmo realiza suas operações, contratando nossas soluções financeiras e realizando transações diretas na sua conta. Além disso, através do app é possível acessar todos os serviços indispensáveis para o seu dia a dia, tais como: Crédito inteligente com taxas especiais; Conta de pagamentos com cartão; Extratos, transferências e comprovantes; Pix; Pagamentos de contas e boletos; Depósitos por boleto; e Divisão de conta com amigos. A Financeira incluiu novos produtos em seu portfólio, tais como: financiamento de veículos, PIX parcelado e a antecipação dos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em maio de 2021, a Financeira estruturou a sua operação de captação através das plataformas da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A e do Banco de Investimento BTG Pactual, onde realiza a captação de recursos, através da emissão de Letras de Câmbio (LC) e Certificado de Depósito Bancário (CDB), para financiar as suas operações. No segundo semestre de 2021, sendo o primeiro semestre da abertura dos novos canais de captação, a Financeira captou R\$ 48.545, sendo R\$ 7.790 em CDBs e R\$ 40.755 em LCs. No primeiro semestre de 2022, a Financeira captou R\$ 17.919.000 através da emissão de CDBs. **Impacto Social: Plantando o Bem - projeto:** O objetivo de estimular boas ações na comunidade e ajudar a movimentar a economia da região. A primeira etapa ocorreu entre maio e dezembro de 2021, onde mais de 100 famílias foram beneficiadas, mensalmente, com kits compostos de produtos adquiridos dos agricultores locais, totalizando a entrega de 21.000 kg de alimentos. Em 2021, o projeto passou a se chamar "Plantando o Bem Transforma", tendo como objetivo transformar vidas através da educação, onde, através de cursos de informática, construímos uma trilha de conhecimento, as formas de utilizar a tecnologia a seu favor. Assim, proporcionamos 248 formações, gerando oportunidades para jovens estudantes, professores e mulheres da nossa comunidade. No primeiro semestre de 2022, o projeto já formou 8 turmas, onde impactou 128 pessoas, com idades entre 10 anos e 73 anos. **Jovem Tecnologia.** O objetivo do Programa Jovem Tecnologia é aproximar as empresas e as instituições de ensino, com a finalidade de gerar oportunidades de formação, desenvolvimento e de trabalho, valorizando os jovens talentos regionais e preparando profissionais para atuarem em áreas da Tecnologia. Em 2021, impactamos 75 alunos do curso técnico de informática, sendo que 20 destes recebem bolsas de estudo 100% gratuitas e 10 receberam a oportunidade de trabalhar na Via Certa. No primeiro semestre de 2022, já foram impactados 30 novos alunos, dos quais 10 receberam bolsa integral. O acompanhamento dos alunos é permanente, através de participações em aulas e da promoção workshops que agregam conhecimento para estes jovens. **Workshops de Educação Financeira -** A Via Certa está promovendo, mensalmente, Workshops sobre educação financeira, totalmente gratuitos e em 13 cidades. O objetivo do projeto é transformar vidas através da educação financeira, contribuindo com a organização familiar e proporcionando melhor qualidade de vida. A meta do projeto é impactar 1.000 mulheres em 2022, das quais 202 já foram impactadas no primeiro semestre. Além disso, foram distribuídas diversas doações para hospitais, escolas e corpos de bombeiros, e kits com material escolar para crianças em situação de vulnerabilidade social na região de Santo Cristo - RS. **Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (Bacen), em 30 de junho de 2022, a Via Certa possui somente títulos e valores mobiliários classificados como "mantidos para negociação". Adicionalmente, a Via Certa não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do período. **Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos:** A Assembleia Geral delibera, respeitadas as disposições referentes a constituição de Reserva Legal, sobre a distribuição de dividendos, sendo que, assegura a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 152 da Lei 6.404/76. **Gerenciamento integrado de riscos e de capital:** A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e de capital, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta, conforme descrito na nota explicativa 22. **Auditoria Independente:** A Via Certa observa e atende, na contratação dos serviços de auditoria independente, a regulamentação aplicável e os princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor, sendo este: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Respeitando o disposto, a Financeira contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Além disso, visando verificar a qualidade, consistência e cumprimento dos procedimentos e políticas adotadas pela instituição, a Financeira realizou a contratação de serviços de auditoria operacional, executados pela empresa Ramires & Cia Auditores Independentes. **Ouidoria:** Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/20 do Bacen de 23/10/2020, desde 30 de setembro de 2007 é disponibilizado aos colaboradores, clientes, parceiros e fornecedores o Canal de Denúncias para comunicação de indícios de ilicitudes de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Instituição, tais como fraude, corrupção ou práticas suspeitas que possam comprometer a integridade e a reputação de seus negócios bem como qualquer informação que possa afetar a reputação dos controladores e membros de órgãos estatutários, incluindo diretores, executivos ou contratados. Membros registram tais dados em citações efetivas no canal de comunicação da Ouidoria. De acordo com o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouidoria e as atribuições do Diretor de Ouidoria.

Balancos Patrimoniais		em 30/06/2022 e 31/12/2021 (Em milhares de reais)	
Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo Realizável			
Caixa e equiv. de caixa	4	39.241	56.707
Disponibilidades		2.613	2.610
Títulos e valores mobiliários		36.628	54.097
Relações interfinanceiras	5	1.662	1.299
Créditos vinculados		1.662	1.299
Instrumentos financeiros	6	370.221	311.663
Operações de crédito		364.905	305.829
Outros créditos com característica de crédito		5.316	5.834
Provisão p/perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(63.216)	(50.559)
Operações de crédito		(60.067)	(47.528)
Outros créditos com característica de crédito		(3.149)	(3.031)
Créditos tributários	7	12.382	9.444
Outros créditos	8	3.737	2.832
Ativo Permanente	9		
Imobilizado de uso		2.408	11.363
Intangível		8.435	6.843
Deprec. e amortizações		(3.107)	(4.158)
Total do ativo		371.763	345.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado dos semestres findos em 30/06/2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)			
	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira		106.158	80.282
Operações de crédito		103.581	79.520
Resultado de operaç. com títulos e valores mobiliários		2.577	762
Despesas da intermediação financeira		(60.122)	(24.491)
Operações de captação no mercado		(20.373)	(3.752)
Perdas estimadas em operações créd. de liq. duvidosa	6	(39.749)	(20.739)
Resultado bruto da intermediação financeira		46.036	55.791
Outras receitas/(despesas) operacionais		(47.202)	(48.796)
Receitas de prestação de serviços	16	12.587	6.303
Despesas de pessoal		(6.504)	(4.809)
Outras despesas administrativas	17	(47.668)	(45.631)
Despesas tributárias	18	(4.828)	(3.830)
Outras receitas operacionais		260	201
Outras despesas operacionais		(867)	(1.030)
Outras receitas (despesas)	(8)	3.552	(8)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.568	6.987
Imposto de renda e contribuição social		211	(1.775)
Provisão para imposto de renda	15	(1.699)	(2.734)
Provisão para contribuição social	15	(1.029)	(1.650)
Ativo fiscal diferido	7	2.939	2.609
Lucro líquido do período		2.779	5.212
Quant. de ações do capit. soc. por lote de mil ações		100.000	100.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		27.79	52.12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para semestres findos em 30/06/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Saldos em 01 de janeiro de 2021		33.288	2.588
Lucro líquido do semestre		-	-
Destinação dos lucros:		-	5.212
Reserva legal		-	261
Reserva estatutária		-	4.951
Distribuição de dividendos		-	(5.150)
Saldos em 30 de junho de 2021		33.288	2.849
Mutações do período		-	261
Saldos em 01 de janeiro de 2022		33.288	2.849
Lucro líquido do semestre		-	-
Destinação dos lucros:		-	-
Reserva legal		-	139
Reserva estatutária		-	2.640
Distribuição de dividendos		-	(626)
Saldos em 30 de junho de 2022		33.288	2.988
Mutações do período		-	139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto) semestres findos em 30/06/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		2.779	5.212
Lucro líquido do período		2.779	5.212
Ajustes por:			
Constít. de prov. p/perdas esperadas assoc. ao risco de crédito	6	39.749	20.739
Provisão passivos contingentes	12	(37)	37
Depreciações e amortizações	9	5.311	712
Despesas imposto de renda e contribuição social	15	(211)	1.775
Ajustes p/conciliar o resultado ao caixa e equiv. de caixa gerados pelas atividades operacionais		40.032	23.263
Variáveis nos ativos e passivos			
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	5	(363)	(38)
(Aumento) em operações de crédito	6	(85.500)	(29.314)
Redução em outros créditos	8	320	2.673
Aumento/(Redução) em depósitos a prazo e outros depósitos	10	19.111	(1.365)
Aumento em relações interfinanceiras		171	-
Aumento em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	11	5.554	8.738
(Redução) em outras obrigações	13	(545)	(2.032)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(61.402)	(21.338)
Caixa liq. (utilizado nas) proveniente das ativ. operac.		(4.030)	(3.837)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(22.621)	3.300
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aquisição de imobilizado de uso	9	(187)	(93)
Baixa por alienação de imobilizado de uso	9	7.700	24
Aquisição de intangível	9	(1.732)	(1)
Caixa liq. proven. das (utilizados nas) ativ. de invest.		5.781	(70)
Variáveis nos passivos			
Dividendos pagos	14	(626)	(5.150)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(626)	(5.150)
Variável líquida de caixa e equivalentes de caixa		(17.466)	(1.920)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	4	56.707	77.467
No fim do período	4	39.241	75.547
(Redução) caixa e equivalentes de caixa		(17.466)	(1.920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(a) As disponibilidades são representadas por depósitos bancários e saldos em caixa. (b) Refere-se à aplicação em cotas de fundos de investimentos (FI) sem prazo de vencimento e referenciados aos depósitos interfinanceiros (DI). O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos. A Financeira não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em junho de 2021 e 2022.

Relações interfinanceiras:		30/06/2022	31/12/2021
Relações interfinanceiras (a)		1.622	1.299
Total		1.622	1.299

(a) Refere-se ao saldo mantido em depósito no Banco Central do Brasil para operações de pagamentos instantâneos. O saldo é gerenciado pela administração com base nos saldos mantidos por clientes em contas de pagamento.

Operações de crédito e outros créditos com característica de crédito: As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos, concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através de Cartão Verdecard, Cartão Sigared, Cartão Breithaupt, Cartão Holz, Cartão Hoje, Crédito Pessoal, CDC e Antecipação de Recebíveis. A rubrica de "outros créditos" refere-se a títulos com característica de concessão de crédito e operações recebidas em transferência da Verde Administradora de CDBs S.A. das Lojas Quero-Quero S.A. e da Sigared Administradora Ltda. ainda não faturados e/ou não vencidos. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682/99 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos. a. Composição carteira de crédito por segmento:

Setor Privado		30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e antecipação de recebíveis		266.782	222.095
Financiamento - CDC		98.123	83.734
Outros créditos/carterísticas concessão de crédito		5.316	5.834
Provisão p/perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(63.216)	(50.559)
Total		307.005	261.100
Circulante		258.489	226.890
Realizável a longo prazo		48.516	34.214

b. Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica:

Tipo Cliente	Emprést. e antecip. de recebíveis	Financiamento	Outros créditos com característica de concessão de crédito	Total	
				30/06/2022	31/12/2021
Pessoas físicas	262.299	97.981	5.150	365.430	306.994
Pessoas jurídicas	4.483	142	166	4.791	4.669
Total da carteira	266.782	98.123	5.316	370.221	311.663
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(49.819)	(10.248)	(3.149)	(63.216)	(50.559)
Total líquido	216.963	87.875	2.167	307.005	261.100

c. Composição da carteira por faixas e vencimento:

Vencimento	Emprést. e antecip. de recebíveis	Financiamento	Outros créditos com característica de concessão de crédito	Total	
				30/06/2022	31/12/2021
Vencidos					
A partir de 15 dias	41.929	8.285	4.675	54.889	43.554
A vencer					
Até 3 meses	83.358	29.649	641	113.648	98.185
De 3 a 12 meses	104.286	45.727	-	150.013	133.407
De 1 a 3 anos	30.629	14.070	-	44.699	33.418
Após 3 anos	6.580	392	-	6.972	3.099
Total da carteira	266.782	98.123	5.316	370.221	311.663
Provisão para perdas - Curto prazo	(47.290)	(9.622)	(3.149)	(60.061)	(48.256)
Provisão para perdas - Longo prazo	(2.529)	(626)	-	(3.155)	(2.303)
Total de Provisão para perdas	(49.819)	(10.248)	(3.149)	(63.216)	(50.559)
Total líquido	216.963	87.875	2.167	307.005	261.100

d. Composição da carteira de crédito por nível de risco:

Nível	Empréstimos e antecipação de recebíveis	Financiamento	Outros créditos com característica de concessão de crédito	Total		
				30/06/2022	31/12/2021	
A	166.327	76.983	542	243.853	0,5%	1.220
B	15.568	4.694	451	20.712	1,0%	207
C	11.891	2.348	345	14.584	3,0%	438
D	11.345	1.978	326	13.649	1,0%	1.365
E	9.597	1.725	328	11.651	30%	3.495
F	9.839	1.794	400	12.033	50%	6.016
G	8.913	1.557	413	10.882	70%	7.618
H	33.302	7.044	2.511	42.857	100%	42.857
Total	266.782	98.123	5.316	370.221		63.216

(continua)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1) Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Via Certa" ou "Financeira"), instituição financeira privada, com sede em Santo Cristo, Rio Grande do Sul, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e está autorizada, conforme o despacho de 05/07/2002, publicado no Diário Oficial de 10/07/2002, a operar com o financiamento de operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e de partes relacionadas. A Financeira foi fundada a partir da decisão de incluir no antigo grupo Lojas Quero-Quero S. A. uma empresa que estivesse apta, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, a efetuar operações de crédito destinadas aos clientes do grupo. Usando ampliar seu mercado de atuação, em janeiro de 2012, a Financeira concluiu a substituição de todo o parque de formação e a criação de uma estrutura totalmente dedicada a Grupo Quero-Quero, para passar a operar no mercado de Crédito Pessoal (CP), Crédito Direto ao Consumidor (CDC) cartões Private Label, através de novas parcerias fora do Grupo. A Financeira possui mais de 5 mil pontos de venda e atua, praticamente, em todos os Estados do Brasil, através da contratação de Correspondentes Bancários. A Financeira possui contratos de parceria para financiamento dos usuários de cartões de crédito das Lojas Quero-Quero, Lojas Breithaupt, Lojas Holz, Lojas Hoje e Cartões Sigared. Além disso, possui uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard). A Financeira opera, basicamente, com um ticket reduzido em operações pulverizadas, com foco no empréstimo pessoal e CDC. A Financeira não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. A acionista, Via Certa Participações e Investimento S. A., é sua controladora integral. **Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras:** A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo. Foram adotadas medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo. Nossas principais preocupações neste período foram a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da Financeira de maneira segura. Por este motivo, decidimos adotar o trabalho remoto para todos os colaboradores (home office) a partir de março de 2020 e estabelecer todos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus. Com a desaceleração da pandemia em 2022, os colaboradores retornaram as atividades presenciais. Além disso, os indicadores econômico-financeiros, que haviam apresentado variações relevantes devido aos impactos da pandemia, já retornaram aos níveis considerados normais.

2) Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e

Table with columns: Nível, Operações de crédito em 31/12/2021, Provisão em 31/12/2021, Emprést. e antecipação de receb., Outros créditos c/ característica concar. crédito, Total, Mínima (Res.nº 2.682/99) em R\$, % em R\$.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, os créditos renegociados totalizaram R\$ 66.808 (R\$ 56.502 em 30 de junho 2021), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 27.093 (R\$ 24.259 em 30 de junho 2021) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 4.508 (R\$ 6.372 em 30 de junho 2021).

Table with columns: Banco e consolidado, Cíveis, Trabalhistas, Total, Saldos em 1º de janeiro, Constituição/atualização monetária, Reversão, Pagamento, Saldos em 30 de junho.

Table with columns: Banco e consolidado, Cíveis, Trabalhistas, Total, Saldos em 1º de janeiro, Constituição/atualização monetária, Reversão, Pagamento, Saldos em 31 de dezembro.

Table with columns: f. Concentração da carteira de crédito, Dez maiores devedores, Percentual do total da carteira de operações de crédito, Cinquenta maiores devedores seguintes, Percentual do total da carteira de operações de crédito.

Table with columns: g. Créditos tributários: A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 30 de junho de 2021 e 2022, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

Table with columns: Composição por base de diferimento, Itens base do diferimento, Provisão p/perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Provisão para passivos contingentes, Total.

Table with columns: Apuração, Diferenças temporárias, Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões passivas não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Table with columns: Saldo final crédito tributário diferido, % sobre o patrimônio líquido, Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros.

Table with columns: h. Movimentação, Saldo inicial crédito tributário diferido, Imposto de renda, Contribuição social, Saldo final crédito tributário diferido, % sobre o patrimônio líquido.

Table with columns: i. Outros créditos: Adiantamentos e antecipações salariais, Adiantamentos por conta de imobilizado/intangível, Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 19.a), Impostos e contribuições a compensar (a), Devedores por depósitos em garantia, Devedores diversos - País (b), Despesas antecipadas (c), Total.

(a) Refere-se ao saldo a compensar de imposto de renda e contribuição social originados na apuração do ano calendário de 2020 e 2021. (b) Do total de devedores diversos país, R\$ 901 refere-se a créditos a receber, em até dois dias, das parcerias conveniadas e de comissões sobre Seguro de Proteção Financeira a receber da Icatu Seguros S.A. (c) Referem-se as despesas antecipadas com seguros, vale alimentação e corretagem sobre captações.

Table with columns: j. Ativo permanente: a. Composição do ativo permanente: Imobilizado, Intangível, Total ativo permanente líquido.

Table with columns: b. Movimentação do ativo permanente: 31/12/2021, Movimentações do 1º Sem. 2022, Saldo Liq., Adições alienaç., Baixas deprec., Transfe-rência, Depre-ciação, Saldo Liq.

Table with columns: k. Depósitos a prazo: Os depósitos a prazo referem-se a CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e RD Bs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 10,2% a 13,9% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

Table with columns: 30/06/2022, 31/12/2021, CDB, RDB, Total, CDB, RDB, Total.

Table with columns: l. Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos: No primeiro semestre de 2021, foram liquidadas as letras de câmbio sem restrição de resgate com remuneração básica de 11,15% do CDI e substituídas por captação de letras financeiras sem liquidez, com prazo de 3 anos e remuneração básica de 14,00% do CDI.

Table with columns: 30/06/2022, 31/12/2021, Letras financ.(b), Letras cambiais(a), Total, Letras financ.(b), Letras cambiais(a), Total.

(a) Refere-se às letras de câmbio, sendo R\$ 171.414 com liquidez em 30/06/2022 (R\$ 189.197 em 31/12/2021) e R\$ 52.098 sem liquidez em 30/06/2022 (R\$ 48.743 em 31/12/2021), vinculadas às variações diárias do DI, com remuneração básica de 105% a 140%. (b) Refere-se às letras financeiras sem subordinação e sem liquidez R\$ 65.045 em 30/06/2022 (R\$ 65.063 em 31/12/2021), vinculadas às variações diárias do DI, com remuneração de 140% do CDI.

2. Passivos contingentes: a. Composição das provisões: A Financeira constituiu provisão contábil para os processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável, conforme apresentado abaixo:

Table with columns: Natureza, 30/06/2022, 31/12/2021, - Trabalhista, - Civil, Total.

Em 30 de junho de 2022, a Financeira apresenta R\$ 4.751 (R\$ 4.098 em 2021) em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível, sendo R\$ 3.006 e R\$ 1.745 de processos cíveis e trabalhistas, respectivamente (R\$ 2.472 e R\$ 1.626 em 2021).

Table with columns: b. Movimentação das provisões: 2022, Saldos em 1º de janeiro, Constituição/atualização monetária, Reversão, Pagamento, Saldos em 30 de junho.

Table with columns: Banco e consolidado, Cíveis, Trabalhistas, Total, Saldos em 1º de janeiro, Constituição/atualização monetária, Reversão, Pagamento, Saldos em 31 de dezembro.

Table with columns: m. Outras obrigações - Diversos: Valores a pagar a sociedades ligadas (a), Credores diversos - País (b), Provisão para pagamentos a efetuar (c), Total, Circulante, Exigível em longo prazo.

(a) Refere-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 19) e valores a repassar com as sociedades parceiras Quero-Quero Verdecard Instituição de Pagamento S/A e Lojas Quero-Quero S/A, representação comercial e comissões a pagar a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A. (b) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas, contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do exercício pelas novas parcerias. (c) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a salários a pagar, provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica.

Table with columns: n. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da Financeira, subscrito e integralizado, é de R\$ 33.288 (R\$ 33.288 em 2021), e está representado por 100.000 (em 2021 total de 100.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Dividendos: Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

20. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, conforme apresentado abaixo:

Table with columns: Empresas, Quero-Quero Verdecard Instituição de Pagamentos S.A, Loja Quero-Quero S.A, Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A, Agropecuária Sentinela das Coxilhas S/A, Via Certa Participações e Invest. S.A, Luar Participações e Invest. S.A, Hammer Participações e Invest. S.A, Scholze Participações S.A, Scholze Incorporações Imobiliárias Ltda, Hammerschmitt & Cia. Ltda, A.A.A. Participações e Invest. S.A, Luar Incorporações Imobiliárias Ltda, Asas Comércio de Veículos Ltda, CSZ - Admin. de Imóveis Próprios Ltda, Fernando Scholze Agropecuária Ltda, Green Fomento Coml. Ltda, Transportes Madrugada Ltda, Via Certa - Empreendimentos Imobiliários, Pessoas Físicas Ligados, Total.

Table with columns: Empresas, Quero-Quero Verdecard Instituição de Pagamentos S.A, Loja Quero-Quero S.A, Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A, Agropecuária Sentinela das Coxilhas S/A, Via Certa Participações e Invest. S.A, Luar Participações e Invest. S.A, Hammer Participações e Invest. S.A, Scholze Participações S.A, Scholze Incorporações Imobiliárias Ltda, Hammerschmitt & Cia. Ltda, A.A.A. Participações e Invest. S.A, Luar Incorporações Imobiliárias Ltda, Pessoas Físicas Ligados, Total.

(a) Os valores a receber da Verde Card referem-se a prestação de serviços para FIDC. (b) As captações, através de recursos de aceites cambiais, são remuneradas a taxas que variam de 105% a 140% do CDI em 2022 e 2021. (c) Despesas administrativas a pagar, referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A., oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2022, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos cobrança e correspondente bancário prestados pela Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A. (d) Referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito, realizadas

Table with columns: 20. Remuneração dos Administradores: Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos: Remuneração, Encargos sociais, Total.

21. Gerenciamento contínuo e integrado de riscos: A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento de riscos, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do CMN, permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta. A estrutura implementada é compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua. As atividades de gerenciamento do risco são desempenhadas pela Área de Gestão de Riscos e Compliance, auditoria interna, auditoria externa, comitê de riscos e diretoria, conforme definido na Política Interna de Gestão de Riscos, disponível no site da Financeira. A Área de Gestão de Riscos e Compliance é uma unidade de controle independente e segregada das unidades que executam as atividades operacionais e de auditoria. A Declaração de Appetite por Risco (RAS) representa o valor máximo de perda que uma instituição está disposta a suportar, preservados os seus objetivos estratégicos e resultados, levando em consideração a qualidade dos processos; a qualidade do sistema de controles internos; as especificidades dos mercados e produtos em que opere; o grau de eficácia dos mitigadores de risco utilizados; e a capacitação dos colaboradores. Os níveis dos diversos riscos - baixo, médio ou alto - são definidos em consonância com as metas estabelecidas no planejamento estratégico, e levam em consideração a cultura, o perfil e o histórico de atuação da instituição junto ao seu público-alvo nos diversos mercados em que atua ou pretende passar a atuar. Os principais riscos que a entidade está exposta são: Risco de crédito, de mercado, operacional e de liquidez. 21.1. Risco de crédito: Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização de instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do instrumento mitigador, reestruturação e custos de recuperação. A gestão do risco de crédito trata-se de um conjunto de pessoas, sistemas, processos e procedimento, por meio dos quais a instituição acompanha o nível de risco a que se encontra exposta em suas operações de crédito. O risco de crédito será monitorado e gerenciado a partir de relatórios de indicadores, os quais serão utilizados para aferir o grau de aderência dos resultados aos objetivos e metas estabelecidos, viabilizando eventuais revisões e ajustes no processo de crédito como um todo, inclusive políticas e estratégias. O gerenciamento do risco de crédito terá como fundamento o acompanhamento de um conjunto de indicadores capazes de avaliar os riscos associados: a inadimplência, a concentração, os mitigadores e os pagamentos/recebimentos. A instituição define como médio-baixo o nível de risco que está disposta a expor-se em sua carteira de crédito. O nível de risco médio-baixo é resultante da ponderação dos diversos níveis de riscos inerentes aos produtos e mercados em que a instituição opera, consideradas as respectivas concentrações e composição da carteira. 21.2. Risco de liquidez: Define-se como a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como encontrar dificuldades para liquidar uma posição junto ao mercado. A gestão de liquidez é composta por um conjunto sistemas, processos e procedimentos por meio dos quais se busca garantir a existência de recursos financeiros com alto grau de liquidez em patamar compatível com as exigibilidades a que a instituição esteja sujeita. Além da situação atual, são projetados cenários futuros, levando em conta eventos adversos que possam afetar a capacidade financeira da instituição, tais como elevação da inadimplência e aumento de resgates, os quais devem ser objeto de testes de estresse. Quanto ao acompanhamento da situação de liquidez, são utilizados indicadores para avaliar: a relação entre ativos líquidos e exigibilidades de curto prazo; percentual de renovações de aplicações; nível de resgates de aplicações; nível de concentração na captação; grau de acerto das projeções (fluxo de caixa projetado x realizado); e testes de estresse. A Via Certa se propõe a operar com baixo nível de risco de liquidez, implementando uma política de manutenção de disponibilidade de recursos de alta liquidez, capaz de cobrir as necessidades de recursos projetadas com folga confortável. 21.3. Risco de mercado: Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela instituição, decorrentes de variações de taxas de juros, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento do risco de mercado trata-se de um conjunto de sistemas e procedimentos por meio dos quais a instituição avalia e controla os principais determinantes, incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas. A Financeira utiliza a abordagem de resultado de intermediação financeira, onde busca avaliar o possível impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado da intermediação financeira da carteira bancária. O nível de risco de mercado pode ser especificado por limites tais como valores máximos de posições; perda máxima admitida; descasamentos e limites de estresse. O grau de aderência aos limites constitui indicador para efeito de monitoramento do risco. A Via Certa não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. No que se refere a possíveis perdas oriundas de variações da taxa de juros, a estratégia de proteção utilizada pela Instituição é praticar em suas operações de crédito um spread capaz de absorver os efeitos de possíveis elevações de curto e médio prazos. Nestas circunstâncias, o nível de exposição ao risco de mercado é considerado médio baixo. 21.4. Risco operacional: Define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A gestão do risco operacional trata-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistemas voltados ao acompanhamento da execução das atividades da instituição, incluindo-se nessas atividades a contratação de serviços de terceiros e correspondentes. A partir da avaliação dos riscos operações e das falhas identificadas nos controles internos, são construídos indicadores para monitoramento do desempenho das diversas atividades realizadas na Instituição, com base nos quais poderão ser aperfeiçoados os processos com vistas à minimização das possibilidades de falhas. A instituição tem por política investir no aperfeiçoamento de seus processos, produtos e serviços, buscando dotar sua estrutura física e de recursos humanos de todos os requisitos para um desempenho de alto nível. Assim, a instituição propõe-se a operar com nível médio baixo de risco operacional.

22. Gerenciamento integrado de capital: O gerenciamento de capital da Financeira está estruturado de acordo com a resolução nº 4.557/17 e possui como objetivo principal estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento da entidade, de suas exposições aos riscos, de movimentos de mercado e de outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório. A gestão do capital é realizada com base na relação do Patrimônio de Referência (Situação) e do Patrimônio de Referência Exigido (mínimo). De acordo com a

Demonstração do cálculo dos dividendos: 30/06/2022, 30/06/2021

Table with columns: Lucro líquido, (-) Reserva legal, (-) Reserva estatutária, Saldo a distribuir, Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (25%) (a), Dividendos complementares distribuídos, aprovados em ata, Total de dividendos.

(a) Em 2022, foram distribuídos R\$ 626, sendo R\$ 228 referente ao exercício 2021 e R\$ 398 referente ao exercício 2022 conforme deliberação da Diretoria em reunião realizada em 20 de abril de 2022 e pagamentos efetuados nesta data.

23. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: 30/06/2022, 30/06/2021

Table with columns: Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos, Diferenças temporárias de provisões, (-) Exclusões por perdas fiscais, (-) Exclusões por reversão diferenças temporárias de provisões, Adições permanentes, Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social - Corrente.

Table with columns: 24. Receita de prestação de serviços: 30/06/2022, 30/06/2021, Receita de serviços prioritários (a), Receita com comissões sobre vendas de seguros (b), Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança, Receita de outros serviços, Total.

(a) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e saque pelo cartão de crédito Verdecard. (b) Refere-se a comissões sobre a venda de Seguro de Proteção Financeira da Icatu Seguros S.A.

Table with columns: 25. Outras despesas administrativas: 30/06/2022, 30/06/2021, Despesas de serviços de terceiros (a), Despesas com serviços técnicos especializados, Despesas com processamento de dados, Despesas com viagens, Despesas com propaganda e publicidade, Despesas de comunicações, Outras despesas, Total.

(a) Em 30 de junho de 2022, do montante da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 21.789 (R\$ 25.270 em 2021) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, regida por contrato entre as partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

Table with columns: 26. Despesas tributárias: 30/06/2022, 30/06/2021, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto Sobre Serviços (ISS), Total.

27. Demonstração do resultado: 30/06/2022, 30/06/2021, Ativo, Passivo, Resultado, Valores a receber FIDC (a), Captações (b), Profit a pagar (c), Repasses a efetuar (d), Comissões a pagar, Rec. seguro proteção financeira, Rec. Comissões Serviços Financ.-FIDC, Despesas Administr. (c), Despesa Financeira.

Table with columns: 30/06/2021, Ativo, Passivo, Resultado, Valores a receber FIDC (a), Captações (b), Profit a pagar (c), Repasses a efetuar (d), Comissões a pagar, Rec. seguro proteção financeira, Rec. Comissões Serviços Financ.-FIDC, Despesas Administr. (c), Despesa Financeira.

(a) Os valores a receber da Verde Card referem-se a prestação de serviços para FIDC. (b) As captações, através de recursos de aceites cambiais, são remuneradas a taxas que variam de 105% a 140% do CDI em 2022 e 2021. (c) Despesas administrativas a pagar, referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A., oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2022, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos cobrança e correspondente bancário prestados pela Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A. (d) Referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito, realizadas

Define-se como a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como encontrar dificuldades para liquidar uma posição junto ao mercado. A gestão de liquidez é composta por um conjunto sistemas, processos e procedimentos por meio dos quais se busca garantir a existência de recursos financeiros com alto grau de liquidez em patamar compatível com as exigibilidades a que a instituição esteja sujeita. Além da situação atual, são projetados cenários futuros, levando em conta eventos adversos que possam afetar a capacidade financeira da instituição, tais como elevação da inadimplência e aumento de resgates, os quais devem ser objeto de testes de estresse. Quanto ao acompanhamento da situação de liquidez, são utilizados indicadores para avaliar: a relação entre ativos líquidos e exigibilidades de curto prazo; percentual de renovações de aplicações; nível de resgates de aplicações; nível de concentração na captação; grau de acerto das projeções (fluxo de caixa projetado x realizado); e testes de estresse. A Via Certa se propõe a operar com baixo nível de risco de liquidez, implementando uma política de manutenção de disponibilidade de recursos de alta liquidez, capaz de cobrir as necessidades de recursos projetadas com folga confortável. 21.3. Risco de mercado: Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela instituição, decorrentes de variações de taxas de juros, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento do risco de mercado trata-se de um conjunto de sistemas e procedimentos por meio dos quais a instituição avalia e controla os principais determinantes, incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas. A Financeira utiliza a abordagem de resultado de intermediação financeira, onde busca avaliar o possível impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado da intermediação financeira da carteira bancária. O nível de risco de mercado pode ser especificado por limites tais como valores máximos de posições; perda máxima admitida; descasamentos e limites de estresse. O grau de aderência aos limites constitui indicador para efeito de monitoramento do risco. A Via Certa não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. No que se refere a possíveis perdas oriundas de variações da taxa de juros, a estratégia de proteção utilizada pela Instituição é praticar em suas operações de crédito um spread capaz de absorver os efeitos de possíveis elevações de curto e médio prazos. Nestas circunstâncias, o nível de exposição ao risco de mercado é considerado médio baixo. 21.4. Risco operacional: Define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A gestão do risco operacional trata-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistemas voltados ao acompanhamento da execução das atividades da instituição, incluindo-se nessas atividades a contratação de serviços de terceiros e correspondentes. A partir da avaliação dos riscos operações e das falhas identificadas nos controles internos, são construídos indicadores para monitoramento do desempenho das diversas atividades realizadas na Instituição, com base nos quais poderão ser aperfeiçoados os processos com vistas à minimização das possibilidades de falhas. A instituição tem por política investir no aperfeiçoamento de seus processos, produtos e serviços, buscando dotar sua estrutura física e de recursos humanos de todos os requisitos para um desempenho de alto nível. Assim, a instituição propõe-se a operar com nível médio baixo de risco operacional.

22. Gerenciamento integrado de capital: O gerenciamento de capital da Financeira está estruturado de acordo com a resolução nº 4.557/17 e possui como objetivo principal estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento da entidade, de suas exposições aos riscos, de movimentos de mercado e de outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório. A gestão do capital é realizada com base na relação do Patrimônio de Referência (Situação) e do Patrimônio de Referência Exigido (mínimo). De acordo com a

estratégia, a Financeira implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos. A Financeira observa as orientações da resolução nº 4.955 do CMN para a apuração do Patrimônio de Referência, que consiste no somatório do Nível 1 e Nível 2, onde o Nível 1 é composto de Capital Principal e do Capital Complementar. O Capital Principal é composto de capital principal, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais. O Capital Complementar e o capital de Nível 2 consistem em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas e que atendem aos requisitos de elegibilidade, estabelecidos nos art. 6º e 7º da referida norma, respectivamente. De acordo a resolução nº 4.958 do CMN, a entidade calcula os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível 1 e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, a Financeira apura o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito (RWACpad), de Mercado (RWAMPad) e operacional (RWAOpad), ambos apurados por metodologias padronizadas.

23. Limite operacional (Acordo da Basileia):

Em 30 de junho de 2022, a Financeira apresenta Patrimônio de Referência inferior ao Patrimônio de Referência Exigido. Visando o reenquadramento do nível de capital, os acionistas realizaram a aplicação de R\$ 15.000 em Letras Financeiras Subordinadas para compor o Patrimônio de Referência Nível 2.

a. Cálculo do Índice de Basileia:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	38.518	36.365
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais	31.812	31.231
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWACPAD)	20.306	18.605
2 - Risco de mercado (RWAMPAD)	-	-
3 - Risco operacional (RWAOPAD)	1.117	1.098
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3)	21.423	19.703
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operaç. sujeitas à variação de taxas de juros não classif. na carteira de negociação	4.824	2.232
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D")	5.565	9.296
F - Adicional de Capital Principal	6.695	4.926
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"-F)	(1.130)	4.370
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAN	26.247	21.934
I - Total das exposições ponderadas pelo risco: ("C"/Fator F)	267.789	246.283
J - Capacidade de alavancagem: ("E"/Fator F)	69.558	116.202
K - Índice de Basileia: ("B"/("C"/Fator F))	11,88%	12,68%
L - Índice de Basileia amplo: ("B"/(("C"/Fator F)+ "D"))	11,67%	12,57%

b. Limites Operacionais:

O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.686/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos regulamentares. Em 30 de junho de 2022, as posições da Instituição e as exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	Exigência (Exigência/Limite)	Situação
2022		
Compatibilização do PR com PRE	26.247	31.812
Imobilização	15.906	7.736
2021		
Compatibilização do PR com PRE	21.934	31.231
Imobilização	15.615	8.914
Cálculo Margem:	2022	2021
Limite p/ Imobilização (L1)	15.906	15.615
Valor da situação para o Limite de Imobil. (L1)	7.736	8.914
Margem = (1) - (2)	8.170	6.701
Cálculo Índice de Imobilização:		
Limite p/ Imobilização (L1)	50,00%	50,00%
Margem sobre PR (Margem/PR)	25,68%	21,46%
Índice de Imobilização	24,32%	28,54%

24. Outras informações: A Administração da Financeira continua acompanhando atentamente os impactos e potenciais efeitos da Covid-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, e com as experiências vividas até o presente momento e avaliando os diversos riscos e incertezas do mercado, a Financeira continua a desenvolver seus negócios a fim de preservar suas receitas com originação das operações de crédito e permanência adotando as precauções necessárias para que o impacto seja o menor possível. A Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022. Ao mesmo tempo continua adotando as determinações do Ministério da Saúde com relação a redução de exposição de seus colaboradores.

Wilmar Hammerschmitt - Presidente; **Moacir Carlos Engelmann** - Diretor de Operações;
Fábio Von Groll - Diretor Adm. e Financeiro; **Ademir Rogério Diel** - Diretor de Negócios; **Adelar José Diel** - Contador CRC/RS 062617.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2022

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

